

**CENTRO SOCIAL ADRIANO ROVISCO DOS
SANTOS**

RELATÓRIO E CONTAS 2013





INDICE

Página

• <i>Relatório de Gestão</i> -----	3
• <i>Análise da Situação Económica e Financeira</i> -----	4
• <i>Mapa de Frequências de Utentes por Valência</i> -----	8
• <i>Mapa de Investimentos em Activo Fixo</i> -----	9
• <i>Endividamento e Disponibilidades</i> -----	10
• <i>Balanço Analítico</i> -----	11
• <i>Demonstração de Resultados</i> -----	12
• <i>Anexo</i> -----	13
• <i>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</i> -----	29



RELATÓRIO E CONTAS DE 2013

Introdução

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem a direcção submeter á apreciação e votação da Assembleia-geral o Relatório e Contas do exercício de 2013.

Daqueles normativos infere-se um principio de unidade institucional, conferindo á Direcção um estatuto de representatividade dos restantes Órgãos da Instituição, com excepção do Conselho Fiscal que, atenta a sua função e especificidade, tem a incumbência de relatar a sua missão fiscalizadora e emitir o parecer sobre o relatório e contas elaborado pela Direcção.

Quem assumiu a responsabilidade de gerir, presta contas aos membros da sua gestão, para que assim estes avaliem em que medida os seus interesses foram ou não realizados.

Deste modo pretendemos com este documento reflectir a actividade da nossa Instituição, bem como sintetizar alguns aspectos da actuação da mesma durante o exercício de 2013.

A actividade operacional da Instituição durante o exercício de 2013 decorreu com normalidade, apesar da grave crise económica e financeira em que o país se encontra, e das graves medidas de austeridade impostas pelo governo para a combater, que a todos afectam, não sendo excepção as instituições desta natureza.

Assim, e apesar dos enormes esforços dispendidos para prestar os melhores serviços aos nossos utentes, dentro do actual contexto de crise financeira, a Instituição mostrou-se auto-suficiente para suprir as suas necessidades de tesouraria, não tendo recorrido a qualquer financiamento bancário.

O Resultado Liquido deste exercício saldou-se num prejuízo de 20.715.38 (vinte mil setecentos e quinze euros e trinta e oito cêntimos), que propomos seja transferido para resultados transitados.

O nosso relato é orientado com preocupações de verdade e transparência, sem menosprezar a necessidade de compreensão do que é a vida do dia-a-dia de uma Instituição desta natureza. O que fizemos, fizemo-lo na convicção de que era o melhor quer para os nossos utentes, quer para os nossos colaboradores.



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANÁLISE ECONÓMICA:

Gastos e Perdas

Os gastos totais registados pela Instituição em 2013 totalizaram 552.068,80 euros, registando-se assim um aumento percentual de 8,95 % relativamente ao ano anterior, o que se traduz num incremento de gastos no montante de 45.538,06 euros.

Há excepção da rubrica de fornecimentos e serviços externos, que apresenta uma redução de 2.210,68 euros, todas as outras, apresentam um aumento, quando comparadas com o anterior período homólogo.

Destaca-se o consumo de géneros alimentares que apresenta um incremento de 12.978,25. Este facto é justificado quer pelo aumento do número de frequências de utentes na resposta social de apoio domiciliário, quer pelo aumento do número de refeições fornecidas através da cantina social.

A referida cantina social iniciou o seu funcionamento no mês de Julho de 2012.

Em termos médios, o número de funcionários aumentou na proporção de um, facto que justifica que os gastos com pessoal sejam ligeiramente superiores aos registados no período anterior.

A estrutura de “Gastos” detalha-se como segue:

<i>GASTOS</i>	<i>2013</i>		<i>2012</i>		<i>Variação dos Anos</i>
<i>Custo das Merc. Vendidas e Matérias Consumidas</i>					
Generos Alimentares	103.490,80		90.512,55		
Outros	0,00	103.490,80	0,00	90.512,55	12.978,25
<i>Fornecimentos e Serviços Externos</i>					
Trabalhos Especializados	4.803,84		5.460,05		-656,21
Honorários	2.600,00		6.367,50		-3.767,50
Conservação e Reparação	14.394,51		15.877,78		-1.483,27
Outros Serviços Especializados	0,00		0,00		0,00
Ferramentas e Utensílios	3.481,78		1.516,35		1.965,43
Material de Escritório	2.850,22		1.701,15		1.149,07
Artigos para Oferta	1.695,42		655,59		1.039,83
Outros Materiais	131,43		525,00		-393,57
Electricidade	20.844,94		20.878,43		-33,49
Combustíveis_Gasoleo	4.616,06		4.030,18		585,88
Combustíveis_Gas	16.307,69		15.113,99		1.193,70
Água	217,44		235,49		-18,05
Deslocações e Estadas	52,98		116,10		-63,12
Comunicação	2.374,92		2.019,21		355,71
Seguros	3.187,88		3.275,13		-87,25
Limpeza,Higiene e Conforto	18.345,79		16.278,31		2.067,48
Outros Serviços	53,00		201,69		-148,69
Jornais e revistas	1.265,40		1.379,34		-113,94
Rouparia	0,00		2.678,92		-2.678,92
Máquina do Café_Produtos	719,87		445,70		274,17
Trabalhos Manuais	1.030,75		2.428,69		-1.397,94
		98.973,92		101.184,60	-2.210,68
<i>Gastos com o Pessoal</i>					
Remunerações Certas	177.840,21		166.911,91		10.928,30
Remunerações Adicionais	60.740,35		58.145,13		2.595,22
Formação Profissional	0,00		0,00		0,00
Encargos sobre Remunerações	47.540,65		45.040,99		2.499,66
Outros Gastos com o Pessoal	1.059,50		1.234,50		-175,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	1.636,96		2.639,54		-1.002,58
		288.817,67		273.972,07	14.845,60
<i>Gastos de Depreciação e Amortização</i>	48.492,65	48.492,65	42.393,30	42.393,30	6.099,35
<i>Outros Gastos e Perdas</i>					
Quotizações	0,00		40,00		-40,00
Outros Gastos e Perdas	14.193,82		306,10		13.887,72
		14.193,82		346,10	13.847,72
<i>Gastos e Perdas de Financiamento</i>	161,60	161,60	183,78	183,78	-22,18
TOTAL		554.130,46		508.592,40	45.538,06



Rendimentos e Ganhos

Em termos de rendimentos, verifica-se um acréscimo percentual de 0,98% comparativamente com o ano anterior, tendo esta rubrica totalizado 533.415,08 euros, apresentando assim mais 5.182,33 euros que no exercício de 2012.

A rubrica das mensalidades de utentes é responsável por este acréscimo, resultante de uma maior frequência de utentes na valência de apoio domiciliário, numa média de dois por mês.

As participações da Segurança Social apresentam uma variação pouco significativa. Acresce no entanto, que apesar dos subsídios com a cantina social serem anuais, (o ano passado só se recebeu a partir de Julho, mês que se iniciou este serviço), as participações com as vagas de lar da responsabilidade do instituto da segurança social, referentes ao período de relato não foram pagas na totalidade, aliás apenas foram recebidos dois meses referentes a este ano.

Acresce ainda, que a frequência média de utentes pelas restantes valências não apresenta alterações significativas.

As restantes rubricas de rendimentos apresentam valores normais, não existindo situações extraordinárias a destacar.

Em 31 de Dezembro a estrutura de “ Rendimentos e Ganhos” detalha-se da seguinte forma:



<i>RENDIMENTOS</i>	<i>2013</i>		<i>2012</i>		<i>Variação dos Anos</i>
<i>Prestação de Serviços</i>	217.130,61		208.561,48		8.569,13
	0,00	217.130,61	0,00	208.561,48	8.569,13
<i>Subsídios a Exploração</i>					
Centro Regional de Segurança Social	271.392,36		270.571,21		821,15
Município de Sousel	0,00		0,00		0,00
IEFP	0,00		1.779,75		-1.779,75
		271.392,36		272.350,96	-958,60
<i>Outros Rendimentos e Ganhos</i>					
Rendimentos Suplementares	3.092,00		3.449,01		-357,01
Quotizações	6.535,38		6.001,52		533,86
Imputação de subsídios ao investimento	19.469,33		18.616,28		853,05
Donativos	4.251,06		6.115,85		-1.864,79
Rendimento de Imóveis	0,00		8.687,38		-8.687,38
Outros Rendimentos e Ganhos	7.667,48	41.015,25	1.571,25	44.441,29	-3.426,04
<i>Juros e Outros Rend. Similares</i>		3.876,86		2.879,02	997,84
TOTAL		533.415,08		528.232,75	5.182,33

Resultado liquido do periodo

Gastos e Perdas	554.130,46
Rendimentos e Ganhos	533.415,08
R.L.E.	-20.715,38

<i>Meios Libertos Liquidos</i>	
R.L.E.	-20.715,38
Subsidio Investimento	19.469,33
Amortizações	48.492,65
TOTAL	8.307,94

FREQUÊNCIA MÉDIA POR RESPOSTA SOCIAL

Resposta social	Frequência média_2012	Frequência média_2012	Variação_2013_2012
LAR	39	39	0
CENTRO DE DIA	13	13	0
APOIO DOMICILIÁRIO	17	15	+2
CENTRO DE CONVIVIO	31	32	-1
TOTAL	100	99	+1

ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM VIGOR A 31/12/2013

Resposta Social	Acordos de cooperação em vigor á data do relato
LAR	39
CENTRO DE DIA	13
APOIO DOMICILIÁRIO	20
CENTRO DE CONVIVIO	35
TOTAL	107



ANÁLISE FINANCEIRA:

INVESTIMENTOS

Os investimentos em activo fixo efectuados pela Instituição totalizaram 146.495,89 euros conforme se detalha no quadro seguinte:

Designação	Valor de Aquisição
Lavandaria+ Telheiro	116.294,11
Estradas e Arruamentos	2.339,99
Aumento da Potência Electrica do Edificio	5.575,00
Casa de Banho	2.045,50
Ar Condicionado LG_1200BTUS	922,50
Secador de Roupa Grandipianti	5.048,72
Motoenxada+Lavadora+Pulverizador	1.290,01
Monolume de Grande Rendimento	641,13
Marmita a Gas de Aquecimento Indirecto	5.407,75
Descalssificador	2.821,62
Ar Condicionado LG_9000btus	793,35
TV LED	358,10
Deposito Poliester 5000LT	1.990,14
Electrobomba Pentax	967,97
TOTAL	146.495,89

Nota: Valores com iva incluído á taxa legal em vigor

Endividamento e Disponibilidades

ENDIVIDAMENTO

		<i>2013</i>	<i>2012</i>
		Dezembro	Dezembro
Endividamento para o Centro Social			
	Utentes c/c	28,69	203,20
	Adiantamentos a fornecedores de Imobilizado	54.893,99	54.893,99
	Município de Sousel Subsidio	19.549,16	30.212,24
	Sector publico Administrativo iva a reembolsar	1.441,48	2.965,07
	Junta de freguesia de Casa Branca	10.779,67	24.872,44
	Outros Devedores IEFP Seg Social	2.140,00	2.460,39
		88.832,99	115.607,33
Endividamento do Centro Social			
	Fornecedores c/c	15.872,14	14.702,17
	Utentes com adiantamentos	3.773,43	4.025,02
	Sector publico Administrativo	6.519,50	5.851,05
	Fornecedores de imobilizado	0,00	280,86
	Outros credores	10.500,00	10.500,00
		36.665,07	35.359,10
SALDO ENDIVIDAMENTO		52.167,92	80.248,23

DISPONIBILIDADES

		<i>2013</i>	<i>2012</i>
		Dezembro	Dezembro
11	Caixa	14,00	107,07
12	Deposito á ordem	28.306,32	15.851,05
13	Deposito a Prazo	120.000,00	120.000,00
		148.320,32	135.958,12



Demonstrações Financeiras: Balanço Analítico



Demonstração de Resultados por Naturezas



CENTRO SOCIAL ADRIANO ROVISCO DOS SANTOS

**Anexo
31 de Dezembro de 2013**



1 Identificação da Entidade

A “Centro Social Adriano Rovisco dos Santos” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “ Associação” com sede em COURELA DOS PADRES TRAVESSA DAS ROSEIRAS N.º2, 7470-141 Casa Branca. Tem como actividade principal dar assistência e apoio a pessoas idosas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.



3.2.6 Inventários

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;



c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período 2013, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2013					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	40.638,39					40.638,39
Edifícios e outras construções	1.062.488,01	8.273,56		120.939,17		1.191.700,74
Equipamento básico	197.395,66	16.360,68				213.756,34
Equipamento de transporte	92.642,29		8.978,36			83.663,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	135.108,51	922,50				136.031,01
Outros Activos fixos tangíveis	52.000,01					52.000,01
Investimentos em Curso	120.939,17			-120.939,17		0,00
Total	1.701.212,04	25.556,74	-8.978,36	0,00	0,00	1.717.790,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	225.220,14	28.254,92				253.475,06
Equipamento básico	196.239,90	6.131,75				202.371,65
Equipamento de transporte	77.384,53	5.085,79	8.978,36			73.491,96
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	111.884,99	462,49				112.347,48
Outros Activos fixos tangíveis	26.306,15	8.557,70				34.863,85
Total	637.035,71	48.492,65	8.978,36	0,00	0,00	676.550,00



9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2011				2012		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.824,50	91.022,26	-5.06	4.329,15	103.350,14	0,00	4.188,49
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	3.824,50	91.022,26	-5.06	4.329,15	103.350,14	0,00	4.188,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				90.512,55			103.490,80
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2013 e 2012 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2013	2012
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utilizadores	217.130,61	208.554,98
Quotas e jóias	6.535,38	6.001,52
Promoções para captação de recursos	3.092,00	3.449,01
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	3.876,86	2.879,02
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	230.634,85	220.884,53

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2013 e 2012, foi de 5. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2012 foi de 26 e em 31/12/2013 foi de “27”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2013	2012
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	236.518,90	225.057,04
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	47.540,65	45.040,99
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.636,96	2.639,54
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.059,50	1.234,50
Total	286.756,01	273.972,07

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2013 e 2012 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	28,69	203,20
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	28,69	203,20

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a seguinte decomposição:

Descrição	2013	2012
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	54.893,99	54.893,99
Devedores por acréscimos de rendimentos (rapel_gas: 6.258,70 e juros credores: 3.600,00)	9.858,70	6.717,89
Outros Devedores (devedores diversos: 154,52; Junta de Freguesia: 10.779,67; Instituto de segurança social: 2.140,00 e Camara Municipal de Sousel: 19.549,16)	32.623,35	57.908,10
Outras Operações com o Pessoal	0,00	0,00
Total	97.376,04	119.519,98

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2013	2012
Gastos a Reconhecer		
Prémios de Seguro Antecipados	1.421,49	2.889,49
Inventário de Gás	252,45	77,38
Inventário de Produtos de Limpeza	749,50	489,39
Pintura do edifício_2012-2019	7.200,26	8.400,00
Total	9.623,70	12.551,57
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2013	2012
Caixa	14,00	107,07
Depósitos à ordem	28.306,32	15.851,05
Depósitos a prazo	120.000,00	120.000,00
Outros		
Total	148.320,32	135.958,12

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	74.101,17	0,00	0,00	74.101,17
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	560.083,62	*19.636,71	0,00	579.720,33
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	613.488,26	0,00	-19.469,33	594.018,93
Total	1.247.673,05	19.636,71	-19.469,33	1.247.840,43

* Corresponde a aplicação do Resultado Líquido positivo do período de 2012.



17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Fornecedores c/c	15.872,14	14.702,17
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	15.872,14	14.702,17

As dividas a fornecedores correspondem a operações correntes da instituição, não existem situações em mora.

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.441,48	2.965,07
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.441,48	2.965,07
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.030,00	594,13
Segurança Social	5.437,08	5.256,92
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Penhora de Vencimento	52,42	0,00
Total	6.519,50	5.851,05

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2013		2012	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		0,00		280,86
Credores por acréscimo de gastos		38.343,99		36.746,91
Outros credores		10.585,03		10.784,01
Total	0,00	48.929,02		47.811,78

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são os seguintes:

Descrição	2013	2012
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2013 e 2012, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2013	2012
Subsídios do Estado e outros entes púb._Comparticipações Segurança Social	271.392,36	270.571,21
Subsídios do Estado e outros entes púb._Município de Sousel	0,00	0,00
Subsídios do Estado e outros entes públicos_IEFP	0,00	1.779,75
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	271.392,36	272.350,96



17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

Descrição	2013	2012
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	24.814,37	27.695,33
Materiais	8.158,85	11.330,74
Energia e fluidos	42.027,13	40.258,09
Deslocações, estadas e transportes	52,98	116,10
Serviços diversos	23.920,59	21.784,34
Total	98.973,92	101.184,60

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Rendimentos Suplementares	3.092,00	3.449,01
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.943,41	1.131,25
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	35.979,84	39.861,03
Total	41.015,25	44.441,29

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
Impostos	101,05	41,33
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	14.092,77	304,77
Total	14.193,82	346,10



17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2013 e 2012 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2013	2012
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	161,60	183,78
Total	161,60	183,78
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.876,86	2.879,02
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	3.876,86	2.879,02
Resultados Financeiros	3.715,26	2.695,24

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Casa Branca, 31 de Dezembro de 2013

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar sucinto relatório sobre a actividade fiscalizadora que exercemos no Centro Social Adriano Rovisco dos Santos, com vista a fundamentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Direcção, relativos a 2013.

Assim, no exercício das suas atribuições e competências, o Conselho Fiscal, acompanhou a actividade da Instituição mantendo com a Direcção e os Serviços um diálogo permanente com vista ao cabal esclarecimento das actividades, dos documentos de suporte e dos respectivos registos contabilísticos. Por seu lado, os critérios e políticas adoptados pela Direcção na preparação das Demonstrações Financeiras estão sujeitas às particularidades da Instituição. É nossa opinião que os mesmos estão conforme as disposições legais e técnicas vigentes e sustentam adequadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza e o respectivo anexo.

É da responsabilidade da Direcção a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição e o resultado das suas operações.

Verificamos que não existiu recurso a financiamento externo.

Deste modo aprez-nos dizer que as demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados a Instituição e satisfazem as disposições estatutárias.

Nestes termos somos de

Parecer

1. *Que sejam aprovados o Relatório, o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas e o Anexo, apresentados pela Direcção, relativos ao Exercício de 2013.*
2. *Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.*

O Conselho Fiscal

